



PORTE PAGO

DR/SP

ISR - 40 - 3051/81

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura

Presidente: Paulo Kobayashi

1º Vice-Presidente: Vaz de Lima
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos da Silva1º Secretário: Milton Monti
2ª Secretária: Maria Cecília Passarelli3º Secretário: Roque Barbieri
4º Secretário: Sylvio Martini

Poder Legislativo

Palácio Nove de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, Nº 201
Ibirapuera - F. 886-6122
<http://www.al.sp.gov.br><http://www.imesp.com.br>

Volume 108 • Número 221 • São Paulo, sábado, 21 de novembro de 1998

LEIS

Lei n.º 10.093, de 20 de novembro de 1998

(Projeto de Lei n.º 446, de 1997, do Deputado Celino Cardoso - PSDB)

Dá denominação a estabelecimento de ensino que específica.

O Presidente da Assembléia Legislativa:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 8.º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a denominar-se "Prof. Jair Toledo Xavier" a Escola Estadual de 1.º e 2.º Graus Jardim do Tiro, situada no Bairro de Brasilândia, na Capital.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 20 de novembro de 1998.

a) PAULO KOBAYASHI - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 20 de novembro de 1998.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

Lei n.º 10.094, de 20 de novembro de 1998

(Projeto de Lei n.º 698, de 1997, do Deputado Chico Bezerra - PMDB)

Dá denominação a estabelecimento de ensino que específica.

O Presidente da Assembléia Legislativa:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 8.º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Passa a denominar-se "Prof. Cid Boucault" a Escola Estadual de 1.º e 2.º Graus de Vila Nova Jundiapéba, em Mogi das Cruzes.

Artigo 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 20 de novembro de 1998.

a) PAULO KOBAYASHI - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 20 de novembro de 1998.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

RESOLUÇÕES

Resolução n.º 786, de 20 de novembro de 1998

Dispõe sobre a solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para a realização de plebiscito para fins de emancipação do Distrito de Terra Preta, pertencente ao Município de Mairiporã.

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II, do artigo 14 da IX Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1.º - É aprovada a solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para a realização de plebiscito

referente à emancipação do Distrito de Terra Preta, pertencente ao Município de Mairiporã.

Artigo 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 20 de novembro de 1998.

a) PAULO KOBAYASHI - Presidente

a) Milton Monti - 1.º Secretário

a) Cecília Passarelli - 2.ª Secretária

ORDEM DO DIA

23 DE NOVEMBRO DE 1998
168ª SESSÃO ORDINÁRIA

Proposições em Regime de Urgência

1-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 102, de 1995, (Autógrafo n.º 24040), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Campos Machado, alterando dispositivo do artigo 15 da Lei Complementar n.º 207, de 1979, que modifica a denominação do cargo de Motorista Policial para Agente Policial e estabelece nível de escolaridade para o respectivo provimento. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

2-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 137, de 1995, (Autógrafo n.º 23730), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, criando a autarquia Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE. Parecer n.º 2388, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 4, de 1997, (Autógrafo n.º 24064), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Erasmo Dias, instituindo o adicional de graduação a policiais militares. Pareceres n.ºs 1543 e 1544, de 1998, de relatores especiais, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Segurança Pública, favoráveis ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 36, de 1997, (Autógrafo n.º 23861), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre as jornadas de trabalho aplicáveis às classes regidas pela Lei Complementar n.º 674, de 1992. Parecer n.º 176, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar n.º 38, de 1997, (Autógrafo n.º 23868), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, instituindo Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 272, de 1991, (Autógrafo n.º 24021) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, assegurando às mulheres gestantes o acesso e a permanência no emprego. Parecer n.º 1301, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 1196, de 1991, (Autógrafo n.º 23652), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Elói Pietá, alterando a redação do artigo 8º da Lei n.º 6556, de 30/11/89, que dispõe sobre o Conselho de Orientação dos recursos do ICMS para a construção de casas populares. Parecer n.º 2091, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. Parecer n.º 2092, de 1997, de relator especial pela Comissão de Finanças, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 221, de 1992, (Autógrafo n.º 23682), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, instituindo o "Programa de Cursos Populares". Parecer n.º 2178, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 215, de 1993, (Autógrafo n.º 23724), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Celso Tanauí, dispondo sobre a obrigatoriedade da

instalação de sanitários femininos e masculinos, para uso público, nas agências bancárias. Parecer n.º 2368, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 802, de 1993, (Autógrafo n.º 23044), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Antenor Chicarino, dispondo sobre a proteção ambiental do Vale do Ribeira. Parecer n.º 428, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 92, de 1995, (Autógrafo n.º 23454), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Edna Macedo, dispondo sobre o transporte gratuito e obrigatório de Policiais Militares fardados. Parecer n.º 873, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 105, de 1995, (Autógrafo n.º 23455), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Rui Falcão, dispondo sobre as contribuições devidas à Carteira da Previdência das Serventias não oficializadas de Justiça do Estado. Parecer n.º 870, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 178, de 1995, (Autógrafo n.º 23718), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a informação impressa na contracapa de livros didáticos comercializados no Estado de São Paulo sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - AIDS. Parecer n.º 2266, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 200, de 1995, (Autógrafo n.º 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer n.º 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 313, de 1995, (Autógrafo n.º 23725), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Reynaldo de Barros Filho, definindo e incentivando a criação do "novilho precoce" para abate. Parecer n.º 2369, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 321, de 1995, (Autógrafo n.º 23826), vetado totalmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispondo sobre promoção de Praças da Polícia Militar. Parecer n.º 187, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 459, de 1995, (Autógrafo n.º 23669), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Milton Monti, autorizando o Poder Executivo a criar cursos superiores no Município de São Manuel. Parecer n.º 167, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 506, de 1995, (Autógrafo n.º 23727), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Pivatto, estabelecendo diretrizes para convênios com municípios, visando à implantação de projetos de habitação popular. Parecer n.º 2370, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 511, de 1995, (Autógrafo n.º 23726), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Cesar Callegari, criando o Programa Estadual de Incentivo à Educação Básica. Parecer n.º 2389, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 579, de 1995, (Autógrafo n.º 23461), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Campos Machado, autorizando o Poder Executivo a implantar a Universidade Aberta de São Paulo - UnAB/SP. Parecer n.º 874, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 592, de 1995, (Autógrafo n.º 23499), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Paschoal Thomeu, autorizando o Executivo a firmar convênios para a prestação de serviço médico emergencial, gratuito, nas rodovias paulistas. Parecer n.º 960, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 624, de 1995, (Autógrafo n.º 23462), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Reynaldo de Barros Filho, autorizando o Executivo a implantar o Serviço de Assistência Psicológica junto às unidades de ensino da rede estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 798, de 1995, (Autógrafo n.º 23466), vetado totalmente, apresentado pela deputada Mariângela Duarte, regulamentando o artigo 250 da Constituição Estadual, a fim de universalizar o ensino de 2º Grau. Parecer n.º 953, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 818, de 1995, (Autógrafo n.º 23671), vetado parcialmente, apresentado pela deputada Maria Lúcia Prandi, estabelecendo critérios para empréstimos externos a qualquer título efetuados pelo Poder Executivo. Parecer n.º 2163, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 834, de 1995, (Autógrafo n.º 23356), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, normatizando a criação de corpos voluntários de bombeiros. Parecer n.º 514, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer n.º 515, de 1997, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 899, de 1995, (Autógrafo n.º 23487), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Djalma Bom, dispondo sobre o uso e exploração de cerrado no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 911, de 1995, (Autógrafo n.º 23971), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Cândido Galvão, alterando o artigo 2º da Lei 1457/77, que estabelece requisitos para a criação de estâncias turísticas. Parecer n.º 1359, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 29, de 1996, (Autógrafo n.º 23688), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispondo sobre a proibição, aos alunos de 1º e 2º Graus, de fumar cigarros de qualquer espécie em todos os recintos das Escolas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 71, de 1996, (Autógrafo n.º 23201) vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, criando o Programa Estadual de Desestatização e dispondo sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético. Parecer n.º 1799, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto quanto ao § 2º do artigo 3º e contrário ao § 6º do artigo 3º; ao inciso I do artigo 17 e ao artigo 39. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30-Veto - Discussão e votação do Projeto de lei n.º 112, de 1996, (Autógrafo n.º 23584), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Roberto Purini, instituindo a obrigatoriedade da realização de exame preventivo de hemoglobinopatias em todas as maternidades públicas do Estado. Parecer n.º 1213, de 1997, de relator especial pela Comissão

SUMÁRIO

Leis	1
Ordem do Dia	1
Pauta	2
Oradores Inscritos	3
Expediente	3
Atos Administrativos	7
Comissões	8
Debates	8
Pronunciamentos de Sessões Anteriores	—

TRIBUNAL DE CONTAS

Este caderno, com 16 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.